

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) almeja oferecer primordialmente formação continuada e em serviço para professores do ensino fundamental e médio, profissionais do atendimento educacional especializado (AEE) ou profissionais em situações equivalentes e demais profissionais com vínculo na educação básica e superior, e também aos gestores para que aprimorem seu repertório de conhecimentos e saberes, podendo promover o desenvolvimento em contextos educacionais, garantindo uma educação inclusiva, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no País.

O PROFEI é um curso semipresencial com oferta simultânea nacional, no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), conduzindo ao título de Mestre em Educação Inclusiva.

O PROFEI tem como área de concentração a “Educação Inclusiva”, com as seguintes linhas de pesquisa:

I - Difundir os princípios e fundamentos da educação inclusiva, o qual garante o direito de educação para todos;

II - Conhecer e analisar os principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial;

III - compreender o Projeto Pedagógico como elemento norteador das ações político-pedagógicas da escola inclusiva que se pretende;

IV - Elaborar e desenvolver ações colaborativas na unidade escolar com o apoio do professor especializado, tendo como foco um Projeto Pedagógico inclusivo.

#### **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:**

*Educação Inclusiva*

#### **LINHAS DE PESQUISA**

##### **1 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

*A linha contempla pesquisas e estudos epistemológicos, políticos e históricos referentes à Educação Especial numa nova perspectiva de atuação, qual seja, o vínculo com a constituição de espaços educacionais inclusivos. Busca analisar as implicações epistemológicas e políticas contemporâneas relacionadas às práticas educacionais, com ênfase na gestão de sistemas escolares, nos recursos de suporte pedagógico especializado, na construção, implantação e usabilidade de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como aspectos favorecedores e inovadores para a escolarização dos estudantes, garantindo-lhes o direito de aprendizagem e desenvolvimento nessa área de conhecimento.*

##### **2 - Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva**

*A linha contempla pesquisas e estudos referentes à conceituação sobre Educação e Inovação tecnológica e estrutura para o desenvolvimento de educação mediada por tecnologias e suas*

*interlocuções com a Educação Especial e Inclusiva. Busca analisar metodologias ativas de ensino e de aprendizagem baseada em uso de tecnologias digitais, redes sociais como espaços educativos, jogos digitais e a aprendizagem. Aborda ainda estudo e análise de mobilidade na sala de aula, Projetos, inclusão digital e cidadania, bem como conceituação e análise da Tecnologia Assistiva como área de conhecimento e recursos e sua aplicabilidade no contexto educacional inclusivo.*

### **3 - Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva**

*A linha contempla pesquisas e estudos relacionados diretamente às práticas educacionais e aos processos formativos de educadores (inicial, continuada e em serviço) para atuação pedagógica na diversidade, contemplando os princípios de uma educação inclusiva. Busca analisar os processos de ensino e aprendizagem e as inovações pedagógicas para o atendimento às necessidades educacionais de qualquer ordem: biopsicossocial ou etnocultural. Os estudos se concentram nos aspectos relacionados à organização da escola para garantir a formação de educadores numa perspectiva inclusiva, a partir da análise de práticas, desenvolvimento curricular, adequações de recursos ou métodos pedagógicos e em procedimentos que possibilitem o êxito na escolarização dos estudantes.*

## **DISCIPLINAS - EMENTÁRIOS DO PROFEI**

|                                    |             |                     |                |                                           |
|------------------------------------|-------------|---------------------|----------------|-------------------------------------------|
| Metodologia da Pesquisa Científica | Obrigatória | Carga horária<br>60 | Créditos<br>04 | Área de Concertação<br>Educação Inclusiva |
|------------------------------------|-------------|---------------------|----------------|-------------------------------------------|

### **Ementário:**

Do senso comum ao conhecimento científico. O raciocínio lógico e a relação da pesquisa científica com a prática pedagógica na construção do conhecimento científico. Formulação adequada da questão a ser respondida e do problema a ser pesquisado. A ética na pesquisa. Elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa. A natureza dos dados a serem coletados. As formas de acesso aos dados empíricos: observação, entrevista, questionário, diálogo, discussão em grupo, consulta aos documentos etc. O planejamento da coleta de dados e a construção do instrumento de coleta de dados, formas de organização dos dados. Elaboração do Projeto de Pesquisa.

### **Bibliografia:**

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2011.

BACICH, L., TANZI NETO, A., TREVISANI, F.M. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1998.

BENDER, W.N. Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso. 2014 (Reimpressão 2015).

CRESWELL, J.W. Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEL-MASSO, M.C.S. Caderno de Metodologia Científica. Marília, SP. 2010.

DEL-MASSO, M.C.S. Conhecimento científico e conhecimento do senso comum. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/Redeфор II/NEaD/Unesp, 2014.

DEL-MASSO, M.C.S. Problemas de pesquisa e questões de plágio. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/Redeфор II/NEaD/Unesp, 2014.

DEL-MASSO, M.C.S. Instrumentos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/Redeфор II/NEaD/Unesp, 2014.

DEL-MASSO, M.C.S. Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/Redeфор II/NEaD/Unesp, 2014.

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DINIZ, D., TERRA, A. Plágio: palavras escondidas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

ESTEBAN, M.P.S. Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda. 2010.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GHEDIN, E., OLIVEIRA, E.S., ALMEIDA, W.A. Estágio com pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015.

GÓMEZ, A.I.P. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

GRAY, D.E. Pesquisa no mundo real. Porto Alegre: Penso. 2012.

HENRIQUES, C.C., SIMÕES, D. A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HORN, M.B., STAKER, H. Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

JUGENO, D., BARBALHO, S.C.M., SILVA, S.L. Gestão de Projetos: teoria, prática e tendências. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MINAYO, M.C.S. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PALLOFF, R.M., PRATT, K. Lições da sala de aula virtual: as realidades do ensino on-line. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, R.R.G. Direito autoral, propriedade intelectual e plágio. Salvador: Edufba, 2014.

SOUZA, R.A. Um pouco de método: nos estudos literário em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: Ê Realizações, 2016.

STAKE, R.E. Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1985.

|                        |             |                  |             |                                        |
|------------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------------------------|
| Inovação e na educação | Obrigatória | Carga horária 60 | Créditos 04 | Área de Concertação Educação Inclusiva |
|------------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------------------------|

#### Ementário:

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Abordagens de ensino usando TDIC. Mediação pedagógica e uso de tecnologia. Metodologias ativas de ensino usando TDIC.

#### Bibliografia:

ARMELLA, J.; GRINBERG, S. ¿Hay un hipertexto en esta clase?: Dispositivos pedagógicos, tecnología y subjetividad. Signo pensam. [online], v.31, n.61, p. 108-124, 2012.

BALADELI, A. P. D; BARROS, M. S. F.; ALTOE, A. Desafios para o professor na sociedade da informação. Educ. rev. [online], n.45, p. 155-165, 2012.

DIAS, C.A. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. Ci. Inf. [online], v. 28, n. 3, p. 269-277, 1999. Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2017.

GALVÃO FILHO, T. A. As novas tecnologias na escola e no mundo atual: fator de inclusão social do aluno com necessidades especiais? In: Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial, 3., 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: MEC, 2002.

INPUT. PRIBERAM Informática. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2013.

LAGARTO, J. R. Inovação: TIC e sala de aula. In: CAVALHEIRI, A.; ENGERROFF, S. N.; SILVA, J. C. (Org.). As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora. Santa Maria: Biblos, 2013. p.133-158.

LEMOS, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MATTAR, J. games em Educação: como os ND aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MONEREO, C.; POZO, J. I. O aluno em ambientes virtuais: condições, perfil e competências. In: COLL, C.; MONEREO, C. (Org.). Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 97-117.

PALFREY, J; GASSER, U. Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração dos ND. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS, M.; SCARABOTTO, S.; MATOS, E. L. M. Imigrantes e ND: um dilema ou desafio na educação? In: Congresso Nacional de Educação, 10., 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: PUC, 2011.

TAPSCOTT, D. Geração Digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

TERUYA, T. K. Trabalho e educação na era midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação. Maringá, PR: Eduem, 2006.

VALENTE, J. A. Integração currículo e tecnologia digitais de informação e comunicação: a passagem do currículo da era do lápis e papel para o currículo da era digital. In: CAVALHEIRI, A.; ENGERROFF, S. N.; SILVA, J. C. (Org.). As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora. Santa Maria: Biblos, 2013. p. 113-132.

VALENTE, J.A. A Espiral da Aprendizagem e as Tecnologias da Informação e Comunicação: Repensando Conceitos. In Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly (Org.) A Tecnologia no Ensino: Implicações para a Aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

VEEN, W; VRAKKING, B. Homo Zappiens: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009.

XAVIER, A. C. A era do hipertexto: linguagem e tecnologia. Recife: Pipa Comunicação, 2013.

ZUIN, A. A. S. O plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010. p. 961-980.

|                                              |             |                  |             |                                        |
|----------------------------------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------------------------|
| Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva | Obrigatória | Carga horária 60 | Créditos 04 | Área de Concertação Educação Inclusiva |
|----------------------------------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------------------------|

#### Ementário:

Estudo dos principais elementos históricos, filosóficos e legais da Educação Especial considerando as transformações do período da exclusão a perspectiva da inclusão social. Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da educação especial (conceito e etiologia). Análise do processo de exclusão escolar. Organização curricular para o atendimento da diversidade humana, com a valorização das diferenças. Práticas pedagógicas inclusivas, avaliação pedagógica e adequações curriculares.

#### Bibliografia:

ABDIAN, G. Z.; OLIVEIRA, A. A. de. Educação para todos e gestão escolar: interfaces a partir da construção coletiva do Projeto Político-pedagógico. In: Silvia Ester Orrú. (Org.). Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva. Brasília: WAK, 2013.

BAPTISTA, C.R.; JESUS, D.M. (orgs.). Avanços em política de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2011.

BRASIL, MEC. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial da União. Edição extra. BRASIL: 18 de novembro de 2011.

BRASIL, SEESP/MEC. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. MEC/SECADI. Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual. Brasília: MEC; SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CB nº 04/2009. Diretrizes Nacionais Gerais para Educação Básica. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2009.

CAPELLINI; V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P.R., Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da Educação Inclusiva. (Vol. 2) Bauru: MEC/UNESP, 2010.

FERREIRA, W. Pedagogia das Possibilidades: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras? Cadernos CENPEC. 2014.p.73-98

HEREDERO, E.S.A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

HOSTINS, R. C. L., JORDÃO, S. G. F. Política de inclusão escolar e práticas curriculares de elaboração conceitual de alunos público-alvo da Educação Especial. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v.23, n. 28, Arizona StateUniversity. 2014.

HOSTINS, Regina Célia Linhares; JORDÃO, Suelen Garay Figueiredo. Política de Inclusão Escolar e Práticas Curriculares: Estratégias Pedagógicas para Elaboração Conceitual do Público alvo de Educação Especial. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S.l.], v. 23, p. 28, mar. 2015. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1661/1574>>.

KASSAR, M.M. C. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, Maio-Ago., 2011. p.41-58.

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SILVA, Fabiany Cassia. Currículo e Conhecimento Escolar na Contemporaneidade: Desafios para a Escolarização de Sujeitos com Deficiência. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S.l.], v. 22, p. 80, ago. 2014. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1668/1324>

MONTEIRO, M.I.B.; FREITAS, A.P.; CAMARGO, E.A.A.(orgs.). Relações de Ensino na Perspectiva Inclusiva: alunos e professores no contexto escolar. Araraquara: Junqueira&Marin, 2014.

OLIVEIRA, A.A.S. Gestão Democrática e Participativa: em busca da ação coletiva. São Paulo: Acervo Digital da Unesp, 2014a.

PLETSCH, Marcia Denise. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S.l.], v. 22, n. 81, ago. 2014. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1616/1325>>. Acesso em: 08 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.14507/epaa.v22n81.2014>.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Edur, 2010.

PRIETO, R.G.; ANDRADE, S.G.; RAIMUNDO, E. A. Inclusão Escolar e constituição de políticas públicas. In: JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; CAIADO, K.R.M. (orgs) Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Martins, 2013. p.105-126.

SCAVONI, Mariana Paula Pereira. Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016. 195fls.

SOUZA, Flávia et al. Políticas e práticas de educação inclusiva: condições e contradições no cotidiano de uma escola de ensino fundamental Arquivos Analíticos de Políticas Educativas [S.l.], v. 22, n. 82, ago. 2014.

|                                                                |                        |                        |                |                          |
|----------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|
| TÓPICOS<br>ESPECIAIS:<br>COMUNICAÇÃO<br>ALTERNATIVA<br>NOS TGD | Não<br>Obrigatóri<br>a | Carga<br>horária<br>45 | Créditos<br>03 | Área de Concertação<br>- |
|----------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|

#### Ementário:

Literatura a respeito da comunicação alternativa e/ou suplementar para promover a análise, discussão e realização das adaptações necessárias durante o processo de seleção e implementação de recursos comunicativos, utilizados nos sujeitos com distúrbios severos da comunicação.

#### Bibliografia:

BONDY, A.; FROST, L. The Picture Exchange Communication System. Behav Modif, v. 25, n. 5, p. 725-744, October, 2001.

DELIBERATO, D. Acessibilidade comunicativa no contexto acadêmico. In: MANZINI, E. J. (Org.). Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios continuam. Marília: ABPEE, 2007. p. 25-36.

FERNANDES, F.D.M. Aspectos funcionais da comunicação de crianças com síndrome autística. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

NUNES, L.R.O.P. (Org.). Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

PEDROMÔNIO, M.R.M. O desenvolvimento da comunicação e da linguagem na criança com autismo. In: PERISSINOTO, J. (Org.). Conhecimentos essenciais para atender bem a criança com autismo. São José dos Campos: Pulso, 2003. p. 35.

WALTER, C.C.F. Os efeitos da adaptação do PECS associada ao Currículo Funcional Natural em pessoas com autismo infantil. 2000. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.

VON TETZCHENER, S.; JENSEN, M. H. Augmentative and Alternative Communication: European perspectives. London: Whurr, 1996.

|                                              |                 |                  |             |                          |
|----------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|
| TECNOLOGIA ASSISTIVA: ESTRATÉGIAS E RECURSOS | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação<br>- |
|----------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|

#### Ementário:

Os recursos pedagógicos acessíveis e sua função na inclusão escolar do EPAEE. A Tecnologia Assistiva e sua importância no acesso ao conhecimento para fundamentar uma prática pedagógica alicerçada nos propósitos e procedimentos de ensino da educação inclusiva, por meio da utilização de recursos e estratégias de Tecnologia Assistiva, bem como de estratégias de seu uso em sala de aula.

#### Bibliografia

BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: [s.n], 2017. Disponível em: <[http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf)>.

GIACOMINI, L., SARTORETTO, M. L., BERSCH R. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 7. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

MANZINI, J. E. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília, 2005.

SARTORETTO, M. L. BERSCH. R. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

|        |                 |                  |             |                          |
|--------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|
| Sorobã | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação<br>- |
|--------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|

#### Ementário:

Aspectos históricos. Procedimentos de cálculos. Utilização em sala de aula.

#### Bibliografia:

BELLICANTTA, Luí Fellippe da Silva; AGUIAR, Rogério; MORETTI, Mércles Thadeu. Materiais didáticos para a inclusão de educandos cegos no ensino da matemática. In: Colóquio LusoBrasileiro de Educação. V.1, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. PORTARIA MEC nº 1.010, DE 10 DE MAIO DE 2006. Brasília, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A Construção do Conceito de Número e o Pré-Soroban. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Soroban - Manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A construção do conceito de número e o pré-soroban. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MORAIS, Ieda Maria da Silva. Soroban: suas implicações e possibilidades na construção do número e no processo operatório do aluno com deficiência visual. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Daiana de. Modelagem no ensino de matemática: um estudo de caso com estudantes cegos. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) – Universidade Estadual do CentroOeste, Guarapuava, 2016.

RODRIGUES, Débora de Almeida; GRANATO, Marcus; THIESEN, Icleia. Os objetos tiflológicos do Museu do Instituto Benjamin Constant. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2015.

SILVA, Márcia Raimunda de Jesus Moreira; CARVALHO, Sandra Helena Escuto. Braille, Soroban e Pré-Soroban como recurso didático no trabalho docente com deficientes visuais. In: CAÇÃO, Maria Izaura; CARVALHO, Sandra Helena Escuto de (org.). Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado. Marília: Oficina Universitária, 2012.

|                                                   |                 |                  |             |                       |
|---------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|
| Políticas públicas: Educação Especial Inclusiva e | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação - |
|---------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|

#### Ementário:

Análise dos principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do EPAEE.

#### Bibliografia

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 2001.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tradução Brasil. Brasília: CORDE, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Diário da União, Brasília, DF, 07 de jul. 2015.

CAPELLINI, V.L. M. F. Informação e sensibilização: primeiros passos para a inclusão. São Paulo: SEE, 2003. (Curso Teia do Saber: Curso inicial).

CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003. FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS [FEBRABAN]. Pessoas com deficiência: direitos e deveres. São Paulo: Febraban, 2006. (Coleção Febraban de Inclusão Social).

FERREIRA, W. B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. A história da Organização. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: Unesco, 1998; Paris, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Documento a partir da Conferência de Jomtien. Tailândia: UNESCO, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração de Guatemala. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala: UNESCO, 1999.

PESSOTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

RODRIGUES, O. M. P. R.; MARANHE, E. A. A história da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da Educação Inclusiva. Bauru: MEC/Unesp, 2010.

SOUSA, S. M. Z. L.; PRIETO, R. G.. A educação especial. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do ensino no Brasil. São Paulo: Xamã, 2002.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND [UNICEF].  
Convenção sobre os direitos da criança. Lisboa; Paris: Unicef, 1990, 1989.

|                                                                                                 |                 |                  |             |                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|
| Plano de ensino individualizado e ensino colaborativo nas diferentes áreas da Educação Especial | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação<br>- |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|

#### Ementário:

O planejamento individualizado requer a implementação de procedimentos de avaliação para o conhecimento do estudante e das suas potencialidades possibilitando a proposta de objetivos a longo e médio prazos visando o desenvolvimento de habilidades adequadas ao ciclo e à série. O ensino colaborativo envolvendo a parceria da equipe escolar com o professor especializado do SAPE assegurando a compreensão e participação de todas as partes em todas as fases do processo de formação possibilitarão a adequação curricular necessária e o desenvolvimento de estratégias que culminem no acesso do estudante ao conteúdo da série. Atividades práticas de avaliação, planejamento e parceria entre os profissionais do grupo escola e professor especializado do SAPE estão previstas.

#### Bibliografia:

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In: PLETSCH, M. D.; DAMASCENO, A. (Org.). Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. p. 23-34.

FONTES, R. S. Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2009.

MARIN, M.; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (Org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 49-64.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

RODRIGUES, A. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F. Plano de educação individual (PEI) em contextos inclusivos. In: RODRIGUES, A. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F. (Org.). Educação inclusiva: um novo olhar para avaliação e o planejamento de ensino. Bauru: UNESP/FC, 2012.

SORIANO, K. R.; DE OLIVEIRA, F. I. W. O trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o professor especialista na educação infantil de crianças com deficiência visual. Revista Polyphonia, v. 25, n. 1, p. 295-310, 2015.

VIANNA, M. M.; MASCARO, C. A. A. C.; MARETTI, M. M. B.; BRAUN, P. Inclusão escolar sob o viés do ensino colaborativo: uma experiência em três instituições públicas. E-Mosaicos. Revista

Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, junho, 2015.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

|                                                                    |                 |                  |             |                          |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|
| Linguística aplicada: formação de professores e educação inclusiva | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação<br>- |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|

#### Ementário:

Diálogos interdisciplinares e reflexivos sobre o status da Linguística Aplicada como área do saber relativa à natureza eminentemente prática desta disciplina que se ocupa de problemas decorrentes de questões de linguagem em contextos do mundo real. A formação de professores que se veem solicitados a utilizar novas metodologias frente aos desafios contemporâneos postos pela educação inclusiva. A ludicidade como possibilidade de capacitação instrumental do professor no ensino de conceitos a pessoas com problemas de aprendizagem/deficiências.

#### Bibliografia

AZEVEDO, T. M. de. Transposição didática de gêneros discursivos: algumas reflexões. Desenredo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 198-214, jul. dez. 2010.

AZEVEDO, T. M. de. Outras vozes na argumentação: atualização da polifonia e reformulação da descrição semânticoargumentativa do discurso. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 6472, jan.-mar. 2011.

AZEVEDO, T. M. Polifonia linguística: uma proposta de transposição didática para o ensino da leitura. In: Letras hoje, Porto Alegre, v. 51, n.1, p. 73-81, jan-mar. 2016.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004 (Col. Linguagem, nº. 4).

BUIN, Edilaine Buin; PINHEIRO, Alexandra Santos. O ensino da Língua Materna na contemporaneidade: os multiletramentos e as conquistas do Pibid Letras UFGD. Signum: Estudos da Linguagem, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 346-368, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/23091>>.

COSTA, R. G.; SANTOS J. S.; MEDEIROS, V. da S.; PINHO, M. J. A universidade e os desafios da formação docente em uma era de supercomplexidade. Entretextos, Londrina, v.13, nº 02, p. 87- 107, jul./dez. 2013.

COSTA, R.A. A prática pedagógica de professoras de uma aluna com deficiência intelectual: desafios e possibilidades no cotidiano de uma escola de ensino fundamental. 2016. 2014f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

GANADA, R.; SANTOS, J. S.; MEDEIROS, V. S.; PINHO, M. J. A universidade e os desafios da formação docente em uma era de supercomplexidade. In: Entretextos, Londrina, v.13, nº 02, p.87107, jul./dez.2013.

LAZARETTI, L.M.; A idade pré-escolar (3-6anos) e a educação infantil: a brincadeira de papéis sociais e o ensino sistematizado. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs). Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016. p.129-148.

LURIA, A.R. A construção da mente. São Paulo: Ícone, 1992.

LURIA, A. R. A Atividade Consciente do Homem e Suas Raízes Histórico - Sociais. In: LURIA, A. R. Curso de Psicologia Geral: Introdução Evolucionista à Psicologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1

LURIA, A.R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2014. p. 143-189.

LURIA, A.R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

MARSIGLIA A.C.G.; SACCOMANI, M.C.D.S. Contribuições da periodização histórico-cultural do desenvolvimento para o trabalho pedagógico histórico-crítico. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs). Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 343-368.

PITON, F. M; REISDORFER, C. S; HEINECK, F. Gêneros discursivos na educação básica: uma proposta de abordagem pedagógica. Entretextos, Londrina, v.13, nº 02, p. 167- 185, jul./dez. 2013.

REICHMANN, C. L. Vozes da escola: um olhar sobre projeções verbais e mentais em narrativas de professores em formação inicial. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 14/2, p. 19-44, dez. 2011.

SANTANNA, M. K. A língua portuguesa na Educação Especial: problematizando a leitura, escrita, mediação. Dissertação. 2011. 163f. (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. Linguagem: currículo e formação docente. Vitória da conquista: UESB, 2011.

VYGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. 2. reim. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

|                                      |                 |                  |             |                       |
|--------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|
| Legislação, ética e trabalho docente | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação - |
|--------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|

## Ementário:

Análise dos principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do EPAEE, bem como discussão de aspectos éticos que permeiam as relações humanas e no trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes.

## Bibliografia:

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. In: MANZINI, E. J. (Org.) Educação Especial: Temas Atuais. Marília: Unesp Publicações, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a Emenda n. 77/2014, 2014.

BRASIL. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jontiem, Tailândia, 1990a.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jul. 1990b.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais, Adaptações Curriculares – estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jan. 2001a.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abr. 2002a.

BRASIL. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 2003.

BRASIL. Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 2004c.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: MEC, 2005. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007b.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO [CNE]. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Resolução CNE/CEB4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 17, out. 2009.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Inlui. Ensaio: Aval.Pol.Públ.Educ.[online]. 2012, vol.20, n.75, pp. 347-372.

|                                                       |                 |                  |             |                          |
|-------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|
| Ingresso e a permanência dos EPAEE no ensino superior | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação<br>- |
|-------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|

#### Ementário:

Análise e reflexão sobre as políticas públicas que garantem o ingresso e a permanência dos EPAEE no ensino superior, bem como discutir as possibilidades de ações nas instituições de ensino superior na perspectiva da educação inclusiva, focando na acessibilidade e nas oportunidades de adequação curricular no âmbito da formação no ensino superior.

#### Bibliografia:

AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque. Políticas de Acessos para discentes com Deficiência Visual no Ensino Superior: um estudo de caso. 2012. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. Cadernos de Pesquisa. v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010.

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira. Direito à educação da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da acessibilidade arquitetônica e nas comunicações nas universidades no Ceará / Janine de Carvalho Ferreira Braga. - 2016. 220f. Dissertação (mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2016.

CARVALHO, Cristina Linares Cintra de. Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos. 2015. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amelia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, Jun, 2014.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior. 2010. 132f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 22, n. 3, p. 413-428, Set. 2016 .

CRUZ, Raphaella de Lima. Inclusão no Ensino Superior: um estudo das representações sociais dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DUARTE, Emerson Rodrigues et al . Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 19, n. 2, p. 289-300, jun., 2013 .

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 17, n. 3, p. 481-496, Dez., 2011.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al . A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 22, n. 2, p. 299-314, jun., 2016.

ORLANDO, Rosimeire Maria; CAIADO, Katia Regina Moreno. Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. Educ. Real., Porto Alegre , v. 39, n. 3, p. 811-830, Set., 2014 .

PUSSENTE, Saionara. A experiência de inclusão no ensino superior: implementação do programa incluir na UFRRJ. In: I Seminário Internacional de inclusão escolar: práticas em diálogo. Anais... Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

RAFAEL, Carla Beatriz da Silva; MEIRELES, Juliana; NEVES Clara Mockdece; FERREIRA, Maria E. C. Estudo de Caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, Abr.-Jun., 2013.

|                                         |                 |                  |             |                          |
|-----------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|
| Gestão democrática e projeto pedagógico | Não Obrigatória | Carga horária 60 | Créditos 04 | Área de Concertação<br>- |
|-----------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|

#### Ementário:

Análise e reflexão sobre políticas de educação inclusiva vinculadas à gestão educacional. Análise e reflexão sobre a construção de projetos pedagógicos inclusivos em escolas públicas. O Projeto Pedagógico (PP) como elemento norteador das ações político pedagógicas na escola. Possibilidades de ações no interior da escola na perspectiva da construção de uma escola inclusiva. Análise e reflexão sobre o PP, com propostas de alterações qualitativas para a escola sob a forma de estágio supervisionado.

#### Bibliografia

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M. Gestão para Inclusão. Revista de Educação Especial, Santa Maria, n. 26, p. 9-17, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccu Editora. 2013.

LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. São Paulo: Vozes, 2012.

MOSÉ, V. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RISCAL, S. A. Gestão democrática no cotidiano escolar. 2011. jun. 2017.

SAGE, D. D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Org.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 129-141.

VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico: elementos metodologias para elaboração e realização. 13. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

|                                                               |                 |                  |             |                     |
|---------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|---------------------|
| Escolarização do estudante com altas habilidades/superdotação | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação |
|                                                               |                 |                  |             | -                   |

#### Ementário:

Alternativas de atendimento para o estudante com altas habilidades/superdotação a ser realizado na classe comum e fora dela. Criatividade na prática pedagógica.

#### Bibliografia

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial [MEC. SEESP]. Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Resolução Nº 4 de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Diário Oficial da União, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

COLANGELO, N.; ASSOULINE, S. G.; GROSS, M. U. M. A Nation Deceived: How Schools Hold Back America's Brightest Students. Iowa city, Iowa: University of Iowa, 2004.

CUPERTINO, C. M. B. (Org.). Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos. Secretaria da Educação. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: CENP/CAPE/FDE, 2012.

CUPERTINO, C. M. B. Alfabetização precoce: condição para adiantamento escolar? Dois Pontos – teoria prática da educação, mar./abr. 1999, p. 59-61.

FREITAS, S. N; PÉREZ, S. G. P. B. Altas habilidades/superdotação: atendimento especializado. Marília, SP: ABPEE, 2010.

GALLAGHER, J. J. Current status of gifted education in the United States. In: HELLER, K.; MONKS, F. J.; PASSOW, H. A. A international handbook for research and development of giftedness and talent. Oxford: Pergamon, 1993. p. 755-770.

RENZULLI, J. S. The Three-ring conception of giftedness: a developmental model for creative productivity. In: RENZULLI, J. S. The Triad Reader. Ontario: Creative Learning, 1986. p. 2-19.

RENZULLI, J. S; REIS, S. M. The schoolwide enrichment model: a how-to guide for educational excellence. Mansfield Center, CT, Creative Learning Press, 1997.

SÁNCHEZ, M. D. P.; AVILÉS, R. M. H. Funciones del psicopedagogo en la evaluación y atención a la diversidad del superdotado. In: SÁNCHEZ, M. D. P.; COSTA, J. L. C. (Org.). Los superdotados: esos alumnos excepcionales. Málaga: Aljibe, 2000.

SCHIEVER, S. W.; MAKER, C. J. Enrichment and Acceleration: an overview and new directions. In: COLANGELO, N.; DAVIS, G. A. Handbook of Gifted Education. Needham Heights, Massachussets: Allyn and Bacon, 1991. p. 97-110.

SILVERMANN, L. K. Through the lens of giftedness. Roeper Review, v. 20, n. 30, p. 204-210, 1998.

VIRGOLIM, A. M. R. A criança superdotada e a questão da diferença: Um olhar sobre suas necessidades emocionais, sociais e cognitivas. Linhas críticas, 2003. p. 13-31.

|                                                                           |                    |                        |                |                          |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------------|
| Educação,<br>Trabalho e<br>Envelhecimento<br>da Pessoa com<br>Deficiência | Não<br>Obrigatória | Carga<br>horária<br>45 | Créditos<br>03 | Área de Concertação<br>- |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------------|

#### Ementário:

Análise da noção de Mundo do Trabalho e de Mercado de Trabalho e o papel desempenhado pela escola na formação do aluno com deficiência visando a terminalidade da educação no oferecimento de condições básicas para inserção na força de trabalho. Análise do processo educacional e as respectivas legislações educacionais no que se refere à preparação para o trabalho, qualificação profissional e orientação para o trabalho. Especial ênfase aos aspectos da idade adulta, autonomia individual na maturidade e o processo de envelhecimento humano e suas implicações na área da deficiência.

#### Bibliografia

BELLAMY, G. T., HORNER, R. H., INMAN, D. P. Vocational habilitation of severely retarded adults: a direct service technology. 2.ed. Baltimore: University Park Press, 1981. 241p.

BRASIL. Lei nº 9394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, Ética. Brasília: MEC/SEF, v. 8, 1997. 146p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Roteiro e metas para orientar o debate sobre o plano nacional de educação. Brasília: MEC/INEPE, 1997. 61p. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. 62p.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 jul 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

DEL-MASSO, M.C.S. Vygotsky e a Ciência Cognitiva: a importância dos fatores culturais no processo de aprendizagem. In: GONZALES, M. E. Q., BROENS, M. C. Encontro com as Ciências Cognitivas. Marília: Unesp Marília Publicações, 1998. v.2, p.227-34.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. Educação e Trabalho: temas a considerar para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. In: MIRANDA, T.G., GALVÃO FILHO, T.A. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p.423-434.

DEL-MASSO, M.C.S., MIRANDA, T.G., NASCIMENTO, E.S. Pessoas com deficiência e trabalho: atuais desafios. In: GIROTO, C.R.M., DEL-MASSO, M.C.S., MILANEZ, S.G.C., HEREDERO, E.S. (Org.). Servicios de apoyo en Educación Especial: una mirada desde diferentes realidades. Alcalá de Henares, Espanha: Universidad de Alcalá – Servicio de Publicaciones, 2014. cap.11, p.215-231.

MARTINS, L.M., ABRANTES, A.A., FACCI, M.G.D. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico do nascimento à velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

OLIVEIRA, A.A.S. de Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência. Londrina-Pr/ Bauru-Sp: Editora Práxis, 2007.

OLIVEIRA, A.A.S., DEL-MASSO, M.C.S. Política inclusiva e gestão escolar: pontos e contrapontos. In: RIBEIRO, R. Educação Especial: olhar o presente para pensar o futuro. Botucatu, SP: QuintAventura Livros, 2014. p. 78-93.

SCHMIDT, M.L.G, DEL-MASSO, M.C.S. Readaptação Profissional: da teoria à prática. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp, 2014.

SCHÜNZEN, E.T.M., SANTOS, D.A.N. Práticas Pedagógicas do Professor: abordagem construcionista, contextualizada e significativa para uma educação inclusiva. Curitiba, PR: Appris, 2016.

VYGOTSKY, L. S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Cuba: Científico-Técnica, 1987. 240p.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 135p.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentals of Defectology. In: Collectded Works. New York: Plenum Press, 1993. v.2, Trans. J. Knox & C. Stevens. 349p.

VYGOTSKY, L. S. Défectologie et Déficience Mentale. Paris: Delachaux et Niestlé S.A, 1994. 258p.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 191p.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 252p.

|                                 |                 |                  |             |                       |
|---------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|
| Diversidade e cultura inclusiva | Não Obrigatória | Carga horária 60 | Créditos 04 | Área de Concertação - |
|---------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|

#### Ementário:

Discussão de aspectos éticos e históricos reconhecendo as diferenças sociais que permeiam as relações humanas numa perspectiva educacional voltada aos EPAEE.

#### Bibliografia

AKKARI, A.; SANTIAGO, M. C. Diferenças na Educação: do preconceito ao reconhecimento. Revista Teias, v. 16, n. 40, p. 28-41, 2015.

ALBORNO, N. E.; GAAD, E. Index for Inclusion: a framework for school review in the United Arab Emirates. British Journal of Special Education, v. 41, n. 3, p. 231-248, 2014.

AQUARIO, D.; GHEDIN, E.; URLI, G. Projeto Avaliação Inclusiva: a pesquisa em uma escola secundária. Italian Journal of Special Education for Inclusion, Local anno III, n. 1, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2012.

BUENO, J. G. S. Educação Especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC, 2014.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZANATA, E. M.; MENCIA, G. F. M.; RINALDO, S. C. O. Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões a partir da formação continuada realizada pelo observatório de educação especial (ONEESP). In: MENDES, E. G.; CIA, F.; CABRAL, L. A. (Org.). Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores em educação especial. São Carlos: Abpee - Marquezine & Manzini, 2015. v. 3. p. 425-444.

FERNANDES, C. H. Pesquisa e formação profissional continuada: (em) caminhos da educação inclusiva. Revista Educação: Teoria e Prática, v. 24, n. 46, 2014.

MANTOAN, M. T. E. Educação Especial na perspectiva inclusiva: o que dizem os professores, dirigentes e pais. Revista diálogos e perspectivas em Educação Especial, v. 2, n. 1, 2015.

McMASTER, C. Inclusion in New Zealand: The potential and possibilities of sustainable inclusive change through utilizing a framework for whole school development Source of the Document New Zealand. Journal of Educational Studies, v. 50, n. 2, p. 239-253, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Documento a partir da Conferência de Jomtien. Tailândia: UNESCO, 1990.

PINTO, R. M. S. C.; FILGUEIRAS, E. M.; SANTIAGO, M. C. Construindo culturas, políticas e práticas de inclusão em uma escola pública. Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação [LaPEADE], Rio de Janeiro, 2015.

PRIETO, R. G.; PAGNEZ, K. S. M. M.; GONZALEZ, R. K. Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação. Educação & Realidade, v. 39, n. 3, p. 725-743, 2014.

SANTIAGO, M. C.; SANTOS, M. P. Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485-502, abr./jun. 2015.

SANTOS, M. P. et al. O Index para a inclusão como instrumento de pesquisa: uma análise crítica. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 4, p. 485-496, 2014.

SANTOS, M. P.; SANTIAGO, M. C.; DE MELO, S. C. Formação de professores para o atendimento educacional especializado: políticas e práticas instituintes de inclusão. RevistAleph, Rio de Janeiro, n. 23, 2015.

SOUZA, F. R.; ALMEIDA, F. C. A. Exclusão/inclusão escolar Participação e à Diversidade em Educação [LaPEADE], Rio de Janeiro, 2015.

PRIETO, R. G.; PAGNEZ, K. S. M. M.; GONZALEZ, R. K. Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação. Educação & Realidade, v. 39, n. 3, p. 725-743, 2014.

SANTIAGO, M. C.; SANTOS, M. P. Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485-502, abr./jun. 2015.

SANTOS, M. P. et al. O Index para a inclusão como instrumento de pesquisa: uma análise crítica. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 4, p. 485-496, 2014.

SANTOS, M. P.; SANTIAGO, M. C.; DE MELO, S. C. Formação de professores para o atendimento educacional especializado: políticas e práticas instituintes de inclusão. RevistAleph, Rio de Janeiro, n. 23, 2015.

SOUZA, F. R.; ALMEIDA, F. C. A. Exclusão/inclusão escolar: concepções de pais e de alunos com deficiência intelectual. Interações, v. 9, n. 26, 2014.

|                                               |                 |                  |             |                       |
|-----------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|
| Desenvolvimento humano, sexualidade e família | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação - |
|-----------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|

#### Ementário:

Descrição das principais etapas do desenvolvimento humano com ênfase na idade escolar e na sexualidade. A relação família e escola e a discussão sobre a educação sexual em prol do desenvolvimento do EPAEE.

#### Bibliografia:

BRONFENBRENNER, U. Bioecologia do Desenvolvimento Humano- tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COLE, M.; COLE, S.R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

KOLLER, S.H. (org.) Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LORDELO, E.R.; Carvalho, A.M.A.; KOLLER, S.H. (orgs) Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: Editora da UFBa, 2002.

MAIA, A.C.B. Inclusão e sexualidade na voz da pessoa com deficiências físicas. Curitiba: Editora Juruá, 2011. MARTORELL, G. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014. 400p. (Série A).

MELCHIORI, L.E.; RODRIGUES, O.M.P.R.; MAIA, A.C.B (Orgs). Famílias e Crianças- reflexões teórico-práticas sobre os cuidados com as crianças. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012. v. 1. 285p .

NOGUEIRA, M. A, ROMANELLI, G. e ZAGO, N. (Orgs.) Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas populares e médias. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLSON, D.R.; TORRANCE, N. e cols. Educação e desenvolvimento humano. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 800p.

PEREIRA, D.Z.T.; Miura, E. e cols. Criando crianças: da concepção aos seis anos Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

PEREZ, M.C.A. Infância, Família e Escolarização: práticas educativas e seus efeitos no desempenho de crianças das camadas populares. São Carlos: Suprema, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Redes de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

SZYMANSKI, H. e MARTINS, E. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. Estudos de Psicologia, Natal, 9(1), 177-187, 2004.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo 71, ano XXIII, 09-25, 2002.

|                                                                        |                 |                     |                |                          |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------|----------------|--------------------------|
| Desenvolvimento e aprendizagem da Libras (língua brasileira de sinais) | Não Obrigatória | Carga horária<br>60 | Créditos<br>04 | Área de Concertação<br>- |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------|----------------|--------------------------|

Ementário:

O processo de ensino e aprendizagem da LIBRAS em espaço escolar e não escolar.

Bibliografia:

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino da língua brasileira de sinais. Brasília: SEESP, 1998 (Série atualidades pedagógicas vol. III).

BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: UERJ, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília – DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília – DF, 2005.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.; MACEDO, E.C. (org.). Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em Rede para surdos. São Paulo: Instituto de Psicologia, USP, 1998.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais. 3. ed., 2013.

CARNEIRO, B. G. Corpo e classificadores nas línguas de sinais. Revista Sinalizar, v.1, n.2, p. 118-129, jul./dez. 2016.

LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. São Paulo: Editora Mediação, 2009.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.  
ARAÚJO, P. J. P. Uma linguística de línguas orais e sinalizadas. Revista letras raras. Vol. 5,

|                                                                       |                 |                  |             |                          |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|
| Deficiência visual: conhecimento necessário para a prática pedagógica | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação<br>- |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------------|

#### Ementário:

Breve histórico da Educação Especial das PDV. Conceito de deficiência visual (cegueira e baixa visão/visão subnormal). Etiologia: Algumas causas para a deficiência visual. Definição de deficiência visual mediante a estrutura social. Estudo do olho humano, sua anatomia, partes constituintes, processo de formação da imagem, como ocorre a visão.

#### Bibliografia:

AMIRALIAN, M.; PINTO, E. B.; GHIRARDI, M.; LICHTIG, I.; MASINI, E. S. e PASQUALIN, L. Conceituando deficiência. Saúde Pública, v.34, n.1,p. 97-103, 2000.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 13 de 3 de junho de 2009. Sobre as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. MEC. Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009: Institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRITO, P. R.; VEITZMAN, S. Causas de cegueira e baixa visão em crianças. 2000.

CAMARGO, E.P. Ensino de óptica para alunos cegos: possibilidades. Curitiba: CRV, 2011.

MASINI, E. F. S. O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados. Brasília: CORDE, 1994.

MASINI, E.F.S. A educação de pessoas com deficiências sensoriais: algumas considerações. In: Do sentido, pelos sentidos para o sentido: o sentido das pessoas com deficiências sensoriais. São Paulo: Vetor, 2002.

SCHMID, P.C., COELHO, M.A.S.M., RIBEIRO, L.P. Sou especial e estou na escola, e agora? Educação inclusiva de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Vieira e Lent Casa, 2008, 111p.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia: El niño ciego. In: Problemas especiales da defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, p. 74-87, 1997.

MIANES. F. L. Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016. 165 p.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE OFTALMOLOGIA, São Paulo, v. 63, n. 1, fev. 2000.

|                                                                       |                 |                  |             |                       |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|
| Contextualização e conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação - |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------------|

#### Ementário:

Literatura a respeito da comunicação alternativa e/ou suplementar para promover a análise, discussão e realização das adaptações necessárias durante o processo de seleção e implementação de recursos comunicativos, utilizados nos sujeitos com distúrbios severos da comunicação.

#### Bibliografia:

ASSUMPÇÃO Jr., F. B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo Infantil. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, n. 22, p. 37-9, 2000. Suplemento 1.

BAGAROLLO, M. F.; PANHOCA, I. A constituição da subjetividade de adolescentes autistas: um olhar para as histórias de vida. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 16, n. 2, p. 231-250, maio/ago. 2010.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (Orgs.). Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.111-125.

BOETTGER, A. R. S. dos; LOURENÇO, A. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. O professor da Educação Especial e o processo de ensino-aprendizagem de alunos com autismo. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 385-400, maio/ago. 2013.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 28, p. 47-53, 2006. Suplemento 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo. Coordenação geral: Francisca Roseneide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos. Reimpressão. Brasília, DF, 2004. (Educação Infantil, 3).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 2012.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2009.

CAMARGOS Jr., W. Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio. Brasília, DF: CORDE, 2005. p. 42-47.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 80, n. 2, p. S83-S94, 2004. Suplemento.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, set./dez. 2010.

ORRÚ, S. E. A Formação de professores e a educação de autistas. *OEI – Revista Iberoamericana de Educación*, [S.l.], 1999.

ORRÚ, S. E. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

ORRÚ, S. E. O Perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar de crianças com autismo. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, Brasília-DF, v. 4, n.1, p. 1699-1709, 2013.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. (Org). Transtorno do espectro do autismo. São Paulo: Memnon, 2011.

SUPLINO, M. Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. 3. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Rio de Janeiro: CASB-RJ, 2009.

SUPLINO, M. Inclusão escolar de alunos com autismo. Rio de Janeiro: Centro Ann Sullivan do Brasil, 2009.

TUCHMAN, R.; RAPIN, I. Autismo: abordagem neurológica. Tradução Denise Regina de Sales. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 84-94.

VASQUES, C. K. O currículo na escolarização de alunos com autismo e psicose infantil: novos olhares sobre a diferença. *Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES*, Vitória, v. 16, n. 31, p. 45-65, jan./jun. 2010.

|                                                                |                 |                  |             |                     |
|----------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------|---------------------|
| Contextualização e conceito das altas habilidades/superdotação | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 03 | Área de Concertação |
|                                                                |                 |                  |             | -                   |

#### Ementário:

Breve histórico da Educação Especial dos alunos com altas habilidades/superdotação. Bases legais com documentos internacionais, nacionais e da SEE/SP. Conceitos fundamentais em Educação Especial para alunos com altas habilidades/superdotação.

#### Bibliografia:

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. Superdotados: Determinantes, Educação e Ajustamento. São Paulo: EPU, 2001.

ANDRADE, M. C. Ulysses Pernambucano. Recife: Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

BOARINI, M. L.; BORGES, R. F. Hiperatividade, higiene mental e psicotrópicos: enigmas da caixa de Pandora. Maringá: EDUEM, 2009.

BRASIL. Lei Federal n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abr. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO [CNE]. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CBE n. 4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção, p. 17, out. 2009.

CUPERTINO, C. M. B. (Org.). Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: CENP/CAPE/FDE, 2012.

DELOU, C. M. C. Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: legislação e políticas educacionais para a inclusão. In: FLEITH, D. S. A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades / Superdotação. Brasília: MEC/SEE, 2007.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. Desenvolvimento de talentos e altas habilidades: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GAGNÉ, F.; GUENTHER, Z. C. O DMGT 2.0 de François Gagné: construindo talentos a partir da dotação. Sobredotação, Braga, v. 11, p. 7-23, 2010.

GALVÃO, A.; PERFEITO, C.; MACEDO, R. Desenvolvimento de expertise: um estudo de caso. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 11, n. 34, p. 1015-1033, set./dez. 2011.

GAMA, M. C. S. S. Educação de Superdotados: teoria e prática. São Paulo: EPU, 2006.

GUENTHER, Z. C. Caminhos para Desenvolver Potencial e Talento. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

GUENTHER, Z. C. Capacidade e Talento: um programa para a escola. São Paulo: EPU, 2006.

GUENTHER, Z. C. Crianças dotadas e talentosas... não as deixem esperar mais! Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GUENTHER, Z. C.; RONDINI, C. A. Capacidade, dotação, talento, habilidades: uma sondagem da conceituação pelo ideário dos educadores. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 237- 266, 2012.

RENZULLI, J. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Educação. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 1 (52), p. 75 – 131, Jan./Abr. 2004.

SÁ, P.; GOMES, A. R. Expertise e treino da tomada de decisão: aspectos conceptuais e implicações para o treino de jovens atletas. In: MACHADO, A. A.; GOMES, A. R. (Ed.). Psicologia do esporte: da escola à competição. Várzea Paulista: Fontoura, 2011. p. 283-311.

|                                                        |                 |               |    |                          |
|--------------------------------------------------------|-----------------|---------------|----|--------------------------|
| Contextualização e conceito da deficiência intelectual | Não Obrigatória | Carga horária | 03 | Área de Concertação<br>- |
|--------------------------------------------------------|-----------------|---------------|----|--------------------------|

#### Ementário:

O conceito de deficiência intelectual, atrelado aos avanços da medicina e da educação tem determinado o atendimento educacional oferecido às pessoas com deficiência intelectual através dos tempos. A definição de deficiência intelectual de acordo com o AAID (Associação Americana sobre Deficiências Intelectuais e Desenvolvimento): o desempenho intelectual e o comportamento adaptativo.

#### Bibliografia:

AAIDD. (American Association on Intellectual and Developmental Disabilities). Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports (11th Edition), 2010.

ANTUNES, K.C.V. História de vida de alunos com deficiência intelectual de uma escola do campo: percurso escolar e constituição do sujeito. Rio de Janeiro/RJ, 2012, 143p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRAUN, P ; NUNES, L. R. O. de P. A formação de conceitos em alunos com deficiência intelectual: o caso de Ian. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 21, n. 1, p.75-92, Jan.-Mar., 2015.

CAMPOS K. P. B. Isabel na escola: desafios e perspectivas para a inclusão de uma criança com síndrome de Down numa classe comum. 2012. 185f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CRUZ, M. L. R. M. Ambiente virtual de aprendizagem para letramento de alunos com deficiência intelectual. 2013. 242f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, M.S.; SANTOS, P.L.; SANTO, M.A. A desconstrução do conceito de Deficiência Mental e a construção do conceito de Incapacidade Intelectual: de uma perspectiva estática a uma perspectiva dinâmica da funcionalidade. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 4, p. 553-568, Out.-Dez., 2012.

GARCIA, D. I. B. Aprendizagem e desenvolvimento das funções complexas do pensamento e a deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. In: SHIMAZAKI, PACHECO (orgs.). *Deficiência e Inclusão Escolar*. Maringá: Eduem, 2012. p.69-82.

MOSCARDINI, F.S. Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e salas de recursos multifuncionais. 194 f. Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara. 2011.

MOTA, L.L. Deficiência intelectual: um estudo sobre o processo diagnóstico multidimensional. 2014. 98p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2014.

OLHER, R.; GUILHOTO, L.M.F.F. Educação Inclusiva e a escola especial. *Revista Deficiência Intelectual*. São Paulo: Instituto APAE. Ano 3, nº 4-5, p.6-12, janeiro-dezembro 2013.

OLIVEIRA, A.A.S.; RUIZ, D.F.R. As práticas pedagógicas na área da deficiência intelectual e os processos de ensino e aprendizagem: análise da produção científica nacional. *Revista Plures Humanidades*, edição 15, 2014, p. 30-5.

OLIVEIRA, E.S.; MARTINS, L.A.R. Currículo e diversidade: os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 309-325, maio/ago. 2011.

PADILHA, A. M. L., OLIVEIRA, A. A. S., SILVA, L. H. Prácticas pedagógicas para La deficiencia intelectual: el contexto Del profesor y de su formación. In: OLIVEIRA, A. A. S., POKER, R.B., OLIVEIRA, F.I.W (orgs). *Prácticas pedagógicas en Educación Especial: hacia una Escuela Inclusiva*. 1 Ed. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares - UAH, 2014, p. 165-185.

PLETSCH, M. D. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 22(81). Arizona State University. 2014. 2017.

PLETSCH, M.D.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.

RAAD, I.L.; TUNES, E. Deficiência como latrogênese. In: MARTÍNEZ, A. M.; TACCA, M. C. V. R. (orgs.) Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência. Campinas, São Paulo: Alínea, 2011. p.15-46.

|                                                   |                 |                     |               |                          |
|---------------------------------------------------|-----------------|---------------------|---------------|--------------------------|
| Contextualização e conceito da deficiência física | Não Obrigatória | Carga horária<br>45 | Créditos<br>3 | Área de Concertação<br>- |
|---------------------------------------------------|-----------------|---------------------|---------------|--------------------------|

#### Ementário:

Percurso histórico-filosófico do atendimento à pessoa com deficiência física caracterizado a partir do conceito de deficiência em diferentes épocas, culminando nas legislações vigentes e possibilidades futuras.

#### Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília – DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física. SEESP/ SEED/ MEC, Brasília – DF, 2007.

GARGIULO, R. M. Special Education in contemporary Society: Na introduction to excepcionality. Wadsworth, Thomson Learning, 2003.

GREVE, J. M. DAndrea; CASTRO, A.W. Tratamento clínico da lesão da medula espinhal fase aguda: Avaliação clínica e funcional da lesão medular índices motores e sensitivos e funcionais utilizados (pp.65-74). In: GREVE, J. M. D.Andrea; CASALIS, M. E. P.; BARROS FILHO, T. E. P. (Eds.). Diagnóstico e tratamento da lesão da medula Espinhal. São Paulo: Roca. 2001.

HEWARD, W.L. Exceptional Children: na introduction to special education.New Jersey: Pearson Merrill Prentice Hall, 2006. JANUZZI, G.S.M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEONARDO, N.S.T.; BRAY, C.T.; ROSSATO, S.P.M. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas do ensino básico. Revista Bras. Ed. Especial, v. 15, n. , p. 289-306, 2009.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.) Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação inclusiva. Araraquara, Sp: Junqueira & Marin. 2010.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, 10 (3), 287-308, 2004.

RODRIGUES, D. (Org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. 318p. século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

UMPHRED, D. A. Reabilitação Neurológica. Barueri: Editora Manole Ltda, 4. ed. 2004.

SANTOS, C. C.; PEDDE, V.; KUHN JUNIOR, N.; RENNER, J. S. Política Pública, Deficiência Física, concessão de órteses, próteses e meios de locomoção no rio grande do sul: período pré/pós plano viver sem limites. Interfaces Científicas. v. 5, n. 3, 2017.

|                                                            |                 |                  |            |                       |
|------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|------------|-----------------------|
| Contextualização e conceito da deficiência auditiva/surdez | Não Obrigatória | Carga horária 45 | Créditos 3 | Área de Concertação - |
|------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|------------|-----------------------|

#### Ementário:

Percurso histórico do atendimento à PDA/PS caracterizado a partir do conceito de deficiência em diferentes épocas, culminando na legislação vigente e possibilidades futuras. Desenvolvimento do conceito de diversidade cultural. Visão sociológica e cultural.

#### Bibliografia:

ARAGON, Carmelina Aparecida; SANTOS, Isabela Bagliotti. Deficiência auditiva/surdez: conceito, legislação e escolarização. In. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Brasília. 2005.

BRASIL. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez. SEESP/ SEED/ MEC. Brasília – DF, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2008.

CRUZ, M. S.; et al. Prevalência de deficiência auditiva referida e causas atribuídas: um estudo de base populacional. In: Cadernos de Saúde Pública, v.25, n.5, p.1123-1131, 2009.

JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil [livro eletrônico]: dos primórdios ao início do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2107 (Coleção educação contemporânea).

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GOLDFELD, M. A criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed, ed. Plexus, 2002.

LODI, A.C.B. Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409-424, set./dez. 2005.

MOURA, MC. O surdo, caminhos para uma nova identidade. Revinter, 2000.

|                                            |                 |                     |               |                          |
|--------------------------------------------|-----------------|---------------------|---------------|--------------------------|
| Braille: código tátil de leitura e escrita | Não Obrigatória | Carga horária<br>45 | Créditos<br>3 | Área de Concertação<br>- |
|--------------------------------------------|-----------------|---------------------|---------------|--------------------------|

Ementário:

Ensino de Braille: escrita e leitura. Equipamentos de escrita Braille (reglete, punção e máquina.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Grafia Braille para a Língua Portuguesa. elaboração: Cerqueira, Jonir Bechara... [et al.]. Secretaria de Educação Especial Brasília: SEESP, 2006. 106 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille, 2. ed. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Elinalva Alves de. A educação da criança com deficiência visual. 1ª reim. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2013. (coleção Rede de Saberes), 138p.

OLIVEIRA, Elinalva Alves de et al. Educação Especial. Fortaleza: UECE: Imprima Conosco, 2013, 139p.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. O sistema Braille no Brasil.

MENEZES, Tainá. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual CELACC/ECAUSP, 2013.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Livro Braille: Confira outros formatos de livro acessível.

|                                                 |                 |                     |               |                          |
|-------------------------------------------------|-----------------|---------------------|---------------|--------------------------|
| Avaliação da pessoa com deficiência intelectual | Não Obrigatória | Carga horária<br>60 | Créditos<br>4 | Área de Concertação<br>- |
|-------------------------------------------------|-----------------|---------------------|---------------|--------------------------|

Ementário:

Conhecer o estudante requer saber sua história de desenvolvimento e escolaridade assim como seu desempenho acadêmico e comportamento adaptativo atual. A avaliação pedagógica como foco para identificação e planejamento de ações pelo SAPE. Atividades práticas de avaliação estão previstas ocorrendo no SAPE e na sala comum com PDI incluída.

Bibliografia:

AZEVEDO, T. M.P. A avaliação da aprendizagem no processo de escolarização de alunos com déficit intelectual nos anos finais do EF e do EM. 214fls. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rs. 2010.

BOTTURA, N. V. Z.; FREITAS, A. P. Avaliação processual do ensino-aprendizagem de um aluno com deficiência intelectual na rede regular de ensino. In: MONTEIRO, M.I.B.; FREITAS, A.P.;

CAMARGO, E.A.A.(orgs.). Relações de ensino na perspectiva inclusiva: alunos e professores no contexto escolar. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, p. 41-68. 2014.

BRAUN, P. Prática pedagógica e o aluno com deficiência intelectual: uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem na perspectiva histórico-cultural. Rio de Janeiro (RJ). 315f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. 2012.

CRUZ, M. L. R. M. Ambiente virtual de aprendizagem para letramento de alunos com deficiência intelectual. 2013. 242f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DAINÊZ, D. A formação da criança com deficiência intelectual na condição da educação inclusiva: algumas considerações. In: MONTEIRO, M.I.B.; FREITAS, A.P.; CAMARGO, E.A.A.(orgs.). Relações de ensino na perspectiva inclusiva: alunos e professores no contexto escolar. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, p.59-83. 2014.

FERREIRA, M.L.D.; TONIN DA COSTA, G.M. Avaliação e deficiência intelectual. Revista de Educação do IDEAU. vol. 8, n. 17, jan.- jun., 2013.

LUKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011. 448p.

OLIVEIRA, A.A.S. Prática pedagógica e avaliação escolar: o desenho de novas perspectivas na área da deficiência intelectual. In: MIRANDA, T. (org.) ) Práticas de inclusão escolar: um diálogo multidisciplinar. Bahia: Edufba, 2016.

GONÇALVES, M.C.M.S.R. Avaliação das competências para a aprendizagem acadêmica numa criança com Trissomia 21: um estudo de caso. 128 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga. Braga, 2012.

OLIVEIRA, A. A. S. Aprendizagem escolar e Deficiência Intelectual: a questão da avaliação curricular. In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (Orgs.). Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Rio de Janeiro: Edur, 2011.

OLIVEIRA, A.A.S. Deficiência intelectual e saber escolar: a questão da avaliação da aprendizagem. In: MANZINI, E.J. (org.) Educação Especial e Inclusão: temas atuais. São Carlos: ABPEE, 2013.

OLIVEIRA, A.A.S. Estudos na área da deficiência intelectual: avaliação pedagógica, aprendizagem e currículo escolar. 2015. 358f. Tese. (Livre-docência em Educação Especial). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. UNESP, campus de Marília. 2015.

OLIVEIRA, A.A.S.; MACHADO, A.C.; CAPELLINI, V.L.M.F. Avaliar e planejar: reflexões sobre a ação docente na diversidade. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/RedeFor II/NEaD/Unesp, 2014.

SOUZA, A.M. L.; MACEDO, M.C.S.R. Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: a singularidade a serviço da coletividade. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 2, Julho/Dezembro de 2012, p.283-290.

TERRA, M. L. A avaliação da aprendizagem escolar de estudantes com deficiência intelectual. 2014. 229 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2014.

VALENTIM. F. O. D. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: considerações sobre avaliação da aprendizagem escolar. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2011.